

Governo tem superávit fiscal de Cr\$ 2,5 trilhões

JORNAL DO BRASIL

20 FEV 1993

BRASÍLIA — O governo conseguiu, em janeiro, superávit fiscal de Cr\$ 2,5 trilhões nas contas públicas. A receita tributária federal atingiu Cr\$ 52,9 trilhões, apresentando aumento real de 49,5% em relação a janeiro do ano passado. Já os gastos ficaram em Cr\$ 50,4 trilhões, 39% reais acima dos realizados no mesmo mês de 1992. Os números foram divulgados ontem pelo secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal.

Se comparadas a janeiro do ano anterior, as despesas com o pagamento dos salários do funcionalismo público tiveram crescimento real de 20% no mês passado, motivadas, segundo Portugal, pela implementação da isonomia salarial a partir de setembro. O crescimento poderia ter sido maior se se levasse em conta que, em janeiro, os servidores tiveram aumento de 100%. Mas como os salários só são pagos nos primeiros dias de fevereiro, os efeitos sobre essas despesas serão sentidos apenas este mês.

O governo desembolsou em janeiro Cr\$ 17 trilhões para pagar o funcionalismo público e os encargos sociais, ou 32,13% da receita

total do mês. Em fevereiro, a folha aumentará para cerca de Cr\$ 28 trilhões. Portugal assegura que, apesar da queda de arrecadação prevista para fevereiro, não faltará dinheiro para o funcionalismo.

Orçamento — Como o orçamento ainda não foi aprovado, o Tesouro vem trabalhando com 1/12 dos recursos da proposta orçamentária enviada ao Congresso. Se fosse depender desse dinheiro, o governo não teria como honrar a folha de fevereiro. No entanto, a lei que reajustou os salários dos servidores garantiu o pagamento, que pode extrapolar o 1/12.

Para compensar o aumento dos gastos com o funcionalismo e com o serviço da dívida, o governo aumentou os cortes nos gastos com o custeio da máquina pública e com os subsídios. Em relação a janeiro de 1992, o custeio teve corte real de 27,08%; já as operações oficiais de crédito caíram 75,63%.

Os juros pagos pelo governo sobre os títulos da dívida interna em janeiro consumiram o dobro de todos os investimentos e gastos de manutenção feitos pelos órgãos federais (exceto salários).